Projetos emergentes de universidade no Brasil: as experiências da UNILA, UFFS e UFSB

Jaime José Zitkoski
UFRGS
Maria Elly Herz Genro
UFRGS
Rafael Arenhaldt
UFRGS

RESUMO: A pesquisa em andamento trata dos projetos de Universidades Emergentes no Brasil no período de 2003 a 2014. O objetivo é investigar os processos de implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), na perspectiva de fortalecimento da formação ético-política e do bem viver. O desafio é analisar as dimensões que caracterizam uma Universidade Emergente a partir dos seguintes indicadores: a) Interiorização e expansão das IES; b) A Gênese histórica; c) As relações da comunidade acadêmica com a sociedade. Nessa perspectiva, as Universidades Emergentes configuram-se numa aposta de reinvenção da universidade brasileira, principalmente de superação histórica do seu viés elitista e burocrático. As principais inquietações que nos mobilizam são: Que projetos estão a emergir nessas novas Universidades? De que forma podemos caracterizar uma Universidade Emergente, considerando sua gênese e os projetos inovadores de formação? A metodologia utilizada na pesquisa qualitativa consiste na análise documental e análise de algumas entrevistas semiestruturadas com atores acadêmicos das três Universidades. Utilizamos como referencial teórico-analítico Boaventura de Sousa Santos, Alberto Acosta, Franklin Leopoldo e Silva, Paulo Freire, Antônio Joaquim Severino, entre outros. A partir da análise interpretativa dos dados produzidos, indicamos algumas dimensões analíticas: a interiorização e a democratização do acesso; a presença de públicos diversos e da ecologia de saberes e a articulação potente entre comunidade acadêmica e a sociedade. Apontamos inicialmente que os projetos emergentes de Universidades constituem-se em espaços de possibilidades, do inédito viável, de outras lógicas, outras estéticas e propostas ético-políticas e outros saberes que convencionalmente não são legitimados na Universidade. Consideramos que as experiências estudadas evidenciam a construção de alternativas às universidades tradicionais, possibilitando a reinvenção dos processos formativos voltados para a emancipação social e o Bem Viver.

Palavras-chave: Universidades Emergentes. Educação Superior. Formação Ético-política. Desenvolvimento comunitário.

Introdução

No Brasil, apesar de uma herança colonial que deixou marcas profundas de desigualdades e exclusão social, experienciamos alguns movimentos alternativos de democratização política e social e de mudanças significativas nas instituições republicanas, dentre elas a Universidade. Nessa direção, o objetivo do presente estudo é evidenciar as alternativas que emergem de modelos inovadores na forma de projetar e desenvolver a Universidade.

Despontou na última década um conjunto de experiências promissoras de novas universidades, que se organizam desde princípios e filosofias que rompem com a arquitetura clássica das universidades aqui implantadas desde a colonização europeia. Dentre um universo de 18 novas

universidades consideradas emergentes, nosso interesse mais específico está voltado para a análise sobre a UNILA (Universidade da Integração Latino-Americana), a UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia), e UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul). O período da análise compreende entre 2003 e 2014.

As Universidades Emergentes surgem nos últimos anos em vários países como alternativas aos modelos clássicos de Universidade e, principalmente, com a preocupação de estarem mais vinculadas ao desenvolvimento local e regional, onde estão radicadas. São movimentos contra-hegemônicos, pequenos, mas sensíveis frente aos desafios da educação superior contemporânea. Ou seja, são Universidades criativas, ousadas e ainda frágeis em seus projetos que lutam para se consolidarem como distintas e inovadoras.

Estas iniciativas de reinventar a Universidade hoje, que se relaciona com a busca de discutirmos alternativas para a crise dessa instituição milenar, nos remete para os desafios de superar a burocracia da racionalidade instrumental, que se torna cada vez mais presente no contexto das sociedades complexas coordenadas pela lógica dos sistemas, pois a Universidade jamais deveria se atrelar à lógica do Mercado, considerando seus *ethos* originário de ser uma instituição autônoma, crítica e formadora de novos mundos.

Portanto, no atual contexto de capturas das instituições pelo mecanismo do mercado, é fundamental a reinvenção da Universidade a partir de movimentos contra-hegemônicos, que precisam tornar-se um imperativo ético no esforço de contribuir para a reinvenção de utopias possíveis. As Universidades Emergentes, em seus processos formativos, suas experiências latentes e seus horizontes de uma racionalidade alargada, precisam se fortalecer na contramão dos padrões excludentes, que historicamente se estabeleceram no Brasil. Portanto,

> A universidade do século XXI será certamente menos hegemônica, mas não menos necessária. A sua especificidade enquanto bem público reside em ser ela a instituição que liga o presente ao médio e longo prazo pelos conhecimentos e pela formação que produz e pelo espaço público de discussão aberta e crítica que constitui. (SANTOS, 2010, p. 114)

Nesse horizonte, a busca de novas experiências sociais e políticas de enfrentamento às múltiplas formas de dominação e exclusões, significa um projeto político na perspectiva da dignidade humana. A Universidade, enquanto instituição social (CHAUÍ, 2003), tem o compromisso de imaginar e experimentar outras configurações políticas e sociais, tendo como pressuposto repensar novas configurações institucionais.

Diante desses desafios, foram criadas 18 novas Universidades Públicas Federais no Brasil, no período de 2003 a 2014, objetivando avançar na democratização do acesso ao ensino superior público federal, sua interiorização e também proporcionado novos arranjos curriculares. O objetivo neste trabalho é analisar alguns aspectos relacionados aos processos de implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), da Universidade Federal da Fronteira

Sul (UFFS) e da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), na perspectiva de fortalecimento da formação ético-política e do bem viver. O desafio é analisar as dimensões que caracterizam uma Universidade Emergente a partir dos seguintes indicadores: Interiorização e expansão das IES, a gênese histórica e as relações da comunidade acadêmica com a sociedade.

Metodologia do Estudo

A pesquisa caracteriza-se como estudo de caso sobre as três universidades — UFFS, UNILA e UFSB —, ancorada fundamentalmente na pesquisa bibliográfica e documental a partir dos principais dados que constam no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e Estatuto da Universidade. Além desses documentos oficiais, consultamos o *site* oficial das IES e publicações já organizadas sobre a história de cada Instituição. Além da pesquisa documental e bibliográfica, analisamos algumas entrevistas com gestores e professores que atuaram desde o início das atividades das IES.

Fundamentação teórica sobre as Universidades Emergentes e a formação humana

Compreendemos que a Universidade não é um mero espelho da sociedade, pois além de ser um espaço de reprodução das relações sociais e políticas também atua sobre a sociedade. Essa intervenção se dá através da formação, da pesquisa e da intervenção na sociedade (ensino, pesquisa e extensão), tríade de frágil articulação na universidade convencional.

No contexto latino-americano, influenciado principalmente pelo Manifesto de Córdoba de 1918, foi gestada essa tríade. Esse movimento teve expressiva contribuição na construção do conceito de extensão na América Latina, em que a extensão se intensifica num movimento político de luta por justiça social e reinvenção democrática.

A ideia de Universidade como instituição social, como bem público, questiona a captura da subjetividade pela lógica do existente, instituído, em que a naturalização dos processos de exclusão e dominação estão fortemente presentes no contexto do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, a desconstrução do senso comum de reprodução do existente coloca-se como uma interrogação permanente e necessária para o pensar e o experienciar dos sujeitos envolvidos na comunidade acadêmica, reconhecendo a historicidade dos fenômenos sociais e humanos.

Outro aspecto a ser considerado, da ideia de Universidade como um bem público, diz respeito ao seu compromisso com a formação ético-política (além da formação profissional), para pensar e imaginar um projeto de país, mais densamente democrático, inclusivo e pautado pela ideia de liberdade (liberdade contextual). Esta concepção da política como liberdade (ARENDT, 1998), movimento, conceito e desejo, visa à superação possível das mazelas sociais, políticas e culturais que obstaculizam o bem viver, como suporte da dignidade humana.

O compromisso social da Universidade, sua democratização interna e na sua relação com a sociedade dizem respeito a uma instituição aberta a todos os grupos sociais, seus saberes num

questionamento radical das desigualdades sociais e das diferentes formas de opressão política e cultural.

Nessa perspectiva, ressaltamos a importância do Relatório da Comissão instituída pela portaria número 126/2012 (Análise sobre a expansão das Universidades federais 2003 a 2012), no qual participaram diferentes representantes de instituições, como Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino superior), UNE (União Nacional do Estudantes), ANPG (Associação Nacional de Pós-Graduandos) e representantes da SESU (Secretária de Educação Superior do MEC). Nesse relatório está contido um diagnóstico e propostas referentes à necessidade de expansão da Educação Superior Federal Pública (ESFP), para atender ao preceito constitucional (Artigo 25 da Constituição Federal), que considera a educação como um direito da cidadania e um dever do Estado em promovê-la.

> A educação superior é compreendida, no cenário internacional, como um bem público (Unesco, 2009). No Brasil, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, define a educação como um direito de todos e dever do Estado e da família. Este preceito constitui-se como base de sustentação para definição de políticas públicas da educação do país. O reconhecimento do papel da universidade como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção do país, de forma competente, no cenário internacional, mobilizou os movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública e gratuita (BRASIL, Análise sobre expansão das Universidades federais - 2003 a 2012).

A busca da emancipação humana requer movimentos permanentes de formação de um sujeito político na construção de conhecimentos e valores, num exercício de liberdade, em que o embate anticapitalista e anticolonialista seja um processo sem fim, pois os mecanismos de captura dos sujeitos na conformidade frente ao mundo estabelecido estão arraigados em corações e mentes.

Compreendemos que a formação política diz respeito à compreensão da vida pública, da democracia e da cidadania, num compromisso com o bem público em que afirmamos a especificidade do humano num exercício de liberdade como sujeito político potente. O que se reivindica quando se defende a formação do sujeito político como missão da educação superior? Quais são as possíveis referências e lugares dos quais se pensa a formação política de intelectuais, professores, técnicos, gestores, estudantes da universidade? A formação do sujeito político é uma questão de engajamento político? Seria o esforço conjunto das comunidades educativas em prol do agir e do falar dos sujeitos como preparação para a atuação e para o debate na esfera pública? (GENRO, 2013).

Reivindica-se, nessa direção, que um caminho para a universidade seja o da disposição de um espaço de formação de sujeitos, que se configure como ambiente para o debate, a crítica e a interação política. Paralelamente que se repudiem as práticas mercadológicas e as tentativas de homogeneização e uniformização da educação superior e seus desdobramentos na práxis do sujeito. Salientamos a necessidade de desconstrução de práticas uniformizadoras de indivíduos e grupos sociais.

O fortalecimento de autorias democráticas articula-se com a potencialização de espaços públicos, espaços vibrantes que reforcem a vivência de valores democráticos, a liberdade e a igualdade. Nesse sentido, para Arendt (2008), "política e liberdade são idênticas, e onde inexiste esse tipo de liberdade inexiste espaço verdadeiramente político" (p.185).

O processo de construção, com ênfase na participação de diferentes comunidades dessas universidades emergentes, pode proporcionar uma formação política, numa dinâmica de diálogo de saberes, além de possibilitar um novo perfil de cidadão e profissional comprometido com a qualidade social de sua ação técnica e humana, num espaço público de liberdade.

Os desafios implicados desde a origem dos projetos das Universidades Emergentes apontam para a necessidade de pensar e projetar um desenvolvimento regional e social sustentável, construir os saberes acadêmicos em diálogo com as culturas populares numa perspectiva interdisciplinar e construir alternativas para as populações vinculadas ao projeto da universidade. São algumas perspectivas do horizonte político e teórico-metodológico das universidades que viemos analisando no projeto já referido anteriormente.

Nesse sentido, aproximamo-nos da ideia de Bem Viver concebida por Acosta, que defende que "a tarefa de construção do Bem Viver é, portanto, descolonizadora. Pois, estabelece definitivamente uma cosmovisão diferente da ocidental ao surgir de raízes comunitárias, não capitalistas" (ACOSTA, 2016, p. 202).

Explicitando as experiências da IES enquanto Universidades Emergentes

Considerando o objetivo do presente estudo, que é de evidenciar as alternativas que emergem de modelos inovadores na forma de projetar e desenvolver a Universidade, buscaremos explicitar as características definidoras que constituem as *novas universidades* enquanto experiências promissoras que se organizam desde princípios e filosofias que rompem com a arquitetura clássica das universidades aqui implantadas desde a colonização europeia. Definimos para este estudo aprofunda a análise sobre a UNILA (Universidade da Integração Latino Americana), a UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia) e a UFFS (Universidade Federal da Fronteira Sul). Nessa perspectiva organizamos os pontos a seguir.

UNILA — Universidade Federal da Integração Latino-americana

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) começou a ser estruturada em 2007 pela Comissão de Implantação com a proposta de criação do Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), em convênio com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e a Itaipu Binacional. No dia 12 de janeiro de 2010, a Lei 12.189 foi sancionada pelo presidente Lula.

A vocação da UNILA é de ser uma universidade que contribua para a integração latino-americana, com ênfase no Mercosul, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecno-

lógico e da cooperação solidária entre as instituições de ensino superior, organismos governamentais e internacionais.

A universidade está estruturada com uma organização inovadora e com uma concepção acadêmico-científica aberta aos avanços científicos, humanísticos e culturais atuais e futuros. Como instituição federal pública brasileira pretende, dentro de sua vocação transnacional, contribuir para o aprofundamento do processo de integração regional, por meio do conhecimento compartilhado, promovendo pesquisas avançadas em rede e a formação de recursos humanos de alto nível, a partir de seu Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), com cátedras regionais nas diversas áreas do saber artístico, humanístico, científico e tecnológico.

A instituição está organizada em quatro Institutos a partir dos quais desenvolve os cursos de graduação, programas de Pós Graduação, Pesquisas e Projetos de Extensão. São os seguintes Institutos: Instituto Latino-americano de Arte, Cultura e História; Instituto Latino-americano de Ciências da Vida e Natureza; Instituto Latino-americano de Economia, Sociedade e Política; Instituto Latino-americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território.

Destacamos as organizações das cátedras enquanto lócus de articulação entre as diferentes modalidades de cursos e atividades universitárias. As cátedras trabalham com temáticas atuais, de pensadores e intelectuais influentes no mundo contemporâneo, principalmente autores que contribuem para elucidar as temáticas sociais, políticas e culturais da América Latina. Por exemplo: a Cátedra Paulo Freire.

Outro projeto inovador da UNILA é o trabalho de integração cultural, que tem início na acolhida dos calouros da universidade oriundos dos diferentes países do nosso continente, contribuindo para o encontro e diálogo de diferentes culturas. As atividades na casa de estudantes e no *campus* em Foz do Iguaçu, junto ao Parque da Hidrelétrica de Itaipu, objetivam valorizar as culturas de origem dos estudantes e a integração latino-americana através de projetos da música, danças, culinária, literatura, cinema, teatro, entre outras atividades culturais. Além do que destacamos, o viés interdisciplinar dos cursos e projetos de pesquisa e extensão potencializa uma formação mais voltada para a realidade e a prática de intervenção na sociedade. A formação interdisciplinar nos cursos busca desenvolver um novo perfil de cidadão e profissional comprometido com a qualidade social de sua ação técnica e humana, tendo como referência a América Latina.

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

A expectativa de ter uma universidade federal na Mesorregião Grande Fronteira Mercosul é antiga. Durante décadas o assunto foi pauta nos meios de comunicação, nas instituições de ensino e nas mais diversas esferas sociais, mas foi em 2005 que entidades públicas, ONGs e movimentos sociais conseguiram uma coesão para criar o Movimento Pró-Universidade Federal.

Em 15 de setembro de 2009, a criação da UFFS é oficializada com a lei 12.029. Em 15 de outubro o professor Dilvo Ristoff foi empossado como reitor *pro tempore* da UFFS. A data que

marcou a constituição completa da comunidade acadêmica da UFFS foi 29 de março de 2010. A *Vocação* da Universidade Federal da Fronteira Sul caracteriza-se por voltar-se às necessidades da Mesorregião Grande Fronteira Mercosul onde está instalada, configurando-se como Universidade: pública e popular, de qualidade, comprometida com a formação de cidadãos conscientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável e solidário da Região Sul do Brasil; democrática, autônoma, que respeite a pluralidade de pensamento e a diversidade cultural, com a garantia de espaços de participação dos diferentes sujeitos sociais.

Também destacamos no seu ideário (que consta no PDI) o estabelecimento de dispositivos de combate às desigualdades sociais e regionais, incluindo condições de acesso e permanência no ensino superior, especialmente da população mais excluída do campo e da cidade, tendo na agricultura familiar um setor estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento, assim como premissa a valorização e a superação da matriz produtiva existente.

Os diferentes *campi* oferecem determinados cursos que estão organizados a partir das demandas de sua região e do perfil de formandos projetados segundo os diferentes setores da sociedade (Movimentos Sociais, Agropecuária, Indústrias, Setor de serviços e Meio ambiente) envolvidos no debate desde a origem da UFFS. Uma das principais marcas da UFFS está na origem dos cursos oferecidos, que emergem do diálogo dos gestores com os diferentes atores sociais, em destaque para os Movimentos Sociais em suas demandas de formação e qualificação das pessoas para atenderem às necessidades da economia regional e da formação político-social. Os primeiros cursos oferecidos definiram como critério o ingresso dos estudantes que cursaram o ensino médio na Escola Pública, e, conforme a realidade das regiões de abrangência dos *campi* da UFFS, os discentes se caracterizam por serem filhos de pequenos agricultores da região e das classes populares urbanas (93%).

A partir desse contexto acima, a UFFS inaugura projetos de pesquisa e de extensão voltados para o público-alvo. A Universidade desenvolve pesquisas com as redes públicas de ensino voltadas para a formação de professores nas licenciaturas ofertadas e, também, projetos de pesquisa com a pequena e média propriedade agrícola, valorizando a agricultura familiar e as cadeias produtivas locais e regionais. O projeto estratégico da UFFS está voltado para o desenvolvimento das regiões fronteiriças do sul do Brasil nos três estados do sul do país, em uma localização estratégica para potencializar o desenvolvimento local sustentável.

UFSB — Universidade Federal do Sul da Bahia

A UFSB materializa-se a partir de um documento fundacional (Carta de Fundação e Estatuto/2013) definidor de princípios e valores, como resultado de um processo intenso de consultas e discussões em municípios, escolas, movimentos sociais e diferentes contextos institucionais.

Criada pela Lei 12.818, de 5 de junho de 2013, é uma autarquia com autonomia didático-científica, administrativa, patrimonial e financeira, nos termos da Constituição Brasileira.

A gênese da UFSB tem seus referenciais teóricos sustentados pela contribuição de diferentes pensadores, sua matriz teórica. A contribuição de Milton Santos sobre a importância do território, do local numa articulação com o global, tendo sua singularidade na criação de práticas e pensamentos solidários na potencializando capacidades para produzir transformação social. Paulo Freire contribui para o desenvolvimento de pedagogias ativas e emancipadoras, na contramão da domesticação da educação bancária. O contributo de Anísio Teixeira diz respeito a articulação de uma universidade de qualidade, inclusiva e massiva. E Boaventura de Souza Santos contribui com a ideia ecologia de saberes (extensão ao contrário), como ferramenta relevante, para formação de rebeldes competentes.

A emergência dessa universidade tem como razão de ser a geração, difusão, e o compartilhamento de conhecimentos e técnicas nos campos das ciências, humanidades, artes e culturas, sustentado por um pensamento crítico-reflexivo. A articulação entre os diferentes saberes e práticas objetiva o desenvolvimento humano com ética, sustentabilidade e justiça. Esse horizonte aponta inovações no pensar e fazer a universidade, como rupturas epistemológicas e políticas na perspectiva de qualificação da condição humana.

A sua organização comporta diferentes instâncias deliberativas, órgãos colegiados, executivos, pautados pela ideia de transparência, eficiência acadêmica, ambiental e o planejamento e avaliação permanente das atividades desenvolvidas pela comunidade universitária. Uma das instâncias consultivas é o Fórum Social da Universidade, espaço de interlocução, escuta e comprometimento dos diferentes segmentos que compõem o território em que a Universidade está situada.

A estrutura acadêmica da universidade compreende as seguintes unidades: Instituto de Humanidades, Artes e Ciências (IHAC), Centros de Formação Profissional e Acadêmica (CF) e a Rede Anísio Teixeira de Colégios Universitários (Rede CUNI). Ressaltamos a criação dessa rede de Colégios Universitários como uma política de inclusão com capilaridade territorial e social, formada por núcleos acadêmicos *extracampi* como um meio de acesso dos estudantes da região ao Ensino Superior. As atividades de formação geral da rede envolvem pesquisa e extensão.

A Rede de Colégios Universitários objetiva ampliar a inclusão social através da educação superior, estudantes que tenham cursado todo o ensino médio em escolas públicas da região poderão ingressar na UFSB por meio da Rede CUNI. Nesse caso, o estudante não precisará optar previamente pelas grandes áreas de conhecimento previstas no Bacharelado Interdisciplinar (BI). Os CUNI são implantados em municípios com mais de 20.000 habitantes. Estão organizados em rede (institucional e digital), que disponibiliza programas descentralizados e metapresenciais de educação superior.

A estrutura acadêmica da universidade é composta por três ciclos: O primeiro deles é a etapa de formação geral e compreende o neoquadrivium: línguas modernas, informática instrumental, pensamento lógico-interpretativo e cidadania planetária. Esse ciclo é constituído das Licenciaturas Interdisciplinares (LIs), Bacharelados Interdisciplinares (BIs) e Cursos Superiores de Tecnologia (CST). As

LIs são cursos de formação de docentes para o ensino básico em grandes áreas ou blocos de conhecimento. O curso de Licenciatura é prioritariamente composto pelos estudantes do BI. O curso terá duração de 9 quadrimestres (três anos), sendo o último ano de formação prática na área de escolha de atividade docente. Haverá cursos preferencialmente no turno noturno. O segundo ciclo é composto pelas diferentes graduações (ciências sociais aplicadas, ciências humanas, engenharias e ciências da saúde) com acesso efetivo ao mundo do trabalho, em que os estudantes, por livre escolha, irão desenvolver atividades de ensino-aprendizagem em práticas e estágios de caráter profissionalizante. O terceiro ciclo compreenderá programas de mestrado profissional, de oferta própria ou conveniada com as instituições parceiras. No Terceiro Ciclo, são oferecidos como opções de formação Mestrados e Doutorados Acadêmicos e Profissionais. Os cursos profissionais de Terceiro Ciclo, em todos os campos de saberes e práticas, têm estruturas curriculares baseadas em Residências Profissionais. Todas essas etapas baseiam-se em metodologias ativas em equipes de ensino-aprendizagem, uso de tecnologias digitais e processos autoformativos, compondo as experiências dos sujeitos.

Destacamos os cursos interdisciplinares que são uma marca relevante da instituição, favorecendo pesquisas em parceria, em que as demandas das comunidades envolvidas podem ser trabalhadas, atendendo a um nível de complexidade maior da realidade e, articulando os diferentes saberes (conforme os 3 ciclos acima descritos). Outra dinâmica inovadora diz respeito à forma de gestão da universidade, em que se destacam o envolvimento dos diferentes segmentos da comunidade no processo participativo de construção de alternativas para qualificar a universidade.

Considerações finais

O desafio de repensar a Universidade hoje e discutir alternativas na formação ético-política nos remete para a realidade da violação à dignidade humana; muitas vezes a partir de uma cultura institucionalizada sustentada pela racionalidade instrumental, torna-se hostil à subjetividade e à realização da dignidade humana. E, para além das instituições burocratizadas, constata-se que é o próprio Estado que produz a violência na sociedade, pois reprime pela força policial e militar a quem deveriam proteger e nega o direito de acesso à saúde, educação e ao trabalho há milhões de cidadãos. Além dessa violência brutal cometida pela 'ordem legal', o Estado burguês, na sua vertente neoliberal, que retorna hoje com mais força no atual contexto político brasileiro e mundial, justifica práticas sociais que ampliam a desigualdade e a exclusão das pessoas mais fragilizadas, que historicamente ficaram à margem de todo o processo da modernidade.

Nesse contexto, pensar o Bem Viver e a defesa da Dignidade Humana requer o cultivo de uma racionalidade sensível para as diferentes dimensões da nossa existência e não apenas para a dimensão do econômico. A discussão sobre o Bem Viver remete-nos para questões de natureza variada, tais como: O que é qualidade de vida? Que alternativas buscamos diante da crise dos modelos hegemônicos da civilização urbano-industrial? Que aspectos ético-políticos e estético-expressivos

(HABERMAS, 1990) estão implicados na busca de alternativas para a complexa crise que estamos vivendo na atualidade? E, como pensar a formação política nos espaços universitários nesse contexto?

Nesse sentido, pensar o *Bem Viver* exige avançarmos para além da dimensão econômica, ou da satisfação das necessidades materiais, pois é necessário potencializar uma cultura da emancipação humana e social, que é um caminho alternativo mais coerente diante da cultura hegemônica, que se assenta na racionalidade regulatória (dos sistemas de controle da vida social), que muitas vezes institucionaliza a violência e produz a desumanização de toda sociedade.

Conforme Franklin (2011), o processo de formação humana é longo e permanente e, portanto, necessita de cuidados e habilidades, comprometimento e liberdade. Precisamos pensar propriamente em possibilidades que tornem o ser humano mais humanizado. Trabalhar um projeto que transforme mais humano o ser humano é imprescindível diante dos desafios da sociedade atual. Sem uma verdadeira dedicação para compreender a complexidade do humano, não poderemos propor uma formação humana enquanto movimento humanizador sem fim.

As escolas e universidades têm o compromisso de garantir o direito de formação da sociedade, oportunizando o acesso aos conhecimentos filosóficos e histórico-culturais capazes de tornar os seres humanos mais livres e autônomos. Esse movimento visa proporcionar o acesso a concepções e formação de valores, tais como: tolerância, respeito, dignidade, liberdade e desejo de paz, bem como a possibilidade de exercitá-los no dia a dia da universidade e da vida. Cada vez mais o ambiente universitário é fundamental para desenvolver na comunidade princípios humanos universais, sendo o lugar de vivências, comunicação e discussões sobre valores éticos e morais pertinentes a toda a humanidade.

Construir o *ser mais*, que já está presente enquanto potencial em cada ser humano, é o desafio para a humanização. Tal desafio não é uma tarefa apenas individual, mas sobretudo coletiva, pois diz respeito à necessária transformação das estruturas socioeconômicas e políticas que produzem uma cultura (enquanto visão de mundo hegemônica) da opressão. Portanto, a garantia de realizar nosso *ser mais* requer a organização coletiva e o desenvolvimento do pensamento aberto à complexidade do mundo no sentido mais propositivo e ousado, no fortalecimento da luta política transformadora.

Nessa perspectiva, precisamos hoje repensar as formas de organizar a vida e o trabalho na Universidade. E para construirmos alternativas mais coerentes com os desafios de concretizar vivências quotidianas do Bem Viver, precisamos aprender também com o ETHOS AMERINDIO, fortemente presente nas culturas dos povos indígenas da América Latina. Bem Viver, segundo os povos indígenas, via de regra, é organizar a vida na perspectiva do coletivo, das experiências das tradições em diálogo com a realidade atual e do respeito para com a natureza enquanto suporte de nossa existência. Conforme o forte depoimento de uma liderança indígena, em seu olhar aguçado e vigilante, denuncia nosso modo ocidentalizado de viver: um modo de vida que compromete o futuro e a garantia do Bem Viver. E defende que o respeito à dignidade humana viabilize um projeto de sociedade que nos conecte com a natureza e com uma real emancipação social construída coletivamente:

> Acaba as árvores, acaba os rios, acaba a natureza. Índio não pode viver assim! Índio não pode respirar assim! Civilizado também não pode viver assim. Mas, civilizado tem muita pressa e então não liga para viver! Quem tem muita pressa não vive direito, não vê as coisas direito, não ouve direito, não ama direito. E civilizado vive sempre apressado. Civilizado é estranho. Difícil na cidade um falar com o outro. Ora, índio quando se encontra é uma festa: muita conversa muita alegria, pouca pressa! Civilizado é estranho e gozado: usa muita roupa, não toma sol, não sobe em árvores, não corre, não toma banho de rio, não anda de noite admirando a lua. Acho isso ruim, muito ruim na cidade. (Indígena do Povo Guaraní em visita à cidade de Porto Alegre em 1996).

Os desafios para com o Bem Viver implicam mudanças profundas no modo de viver a vida, principalmente na coerência entre pensamento e ação, futuro e presente, felicidade e relações humanas, pois viver bem é estar junto com os outros e a natureza em uma experiência de comunhão, de interdependência e de sentido de partilha. Nessa direção, as experiências das universidades emergentes em estudo apontam alguns sinais e pistas de fortalecimento do Bem Viver, assim como interlocuções mais democráticas entre Universidade e Sociedade; projetos interdisciplinares ao encontro das demandas dos diferentes grupos de atores sociais envolvidos; estrutura curricular mais dinâmica e aberta aos temas contemporâneos; uma gestão mais permeável aos processos de participação e valorização da formação docente com abertura a ecologia de saberes, bem como a integração cultural entre os povos latino-americanos.

A discussão dessa temática tem por objetivo contribuir para a construção de projetos alternativos de universidade, dando mais visibilidade aos processos em curso. Nessa perspectiva, é importante e necessário repensarmos o instituído para potencializar nossa criatividade e irmos reinventando o cotidiano da Universidade, através de nossa autoria empoderando o movimento instituinte.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver: Oportunidades de imaginar outros mundos**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

ARENDT, Hannah. **O que é política**. RJ: Bertrand Brasil LTDA, 1998.

BRASIL. Portaria 126/2012. Análise sobre a expansão das Universidades federais 2003 a 2012.

_____ Constituição Federal da República Brasileira. Brasília: Editora do Senado, 1988.

CHAUÍ, Marilena. **A UNIVERSIDADE PÚBLICA SOB NOVA PERSPECTIVA.** In Revista brasileira de Educação. Brasília. set/out/nov/dez, 2003. Pag. 5-15.

A reflexão consiste num relato oral de uma liderança indígena do povo Charúa que denuncia o modo de vida e a proposta do Bem Viver segundo a perspectiva indígena. As informações foram extraídas do Projeto de Tese de Cledis Markun, no PPGEDU da UFRGS.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

DOUZINAS, Costas. **O FIM dos Direitos Humanos.** São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2009.

FRANKLIN, Karen. **Direitos Humanos na educação: superar os desafios. IN: Filosofia, ética e educação: por uma cultura da paz**. Evaldo Cescon, Paulo César Nodari (organizadores). São Paulo: Paulinas, 2011.

FREIRE**, Paulo. Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

_____ **Pedagogia da Esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

GENEVOIS, Margarida Pedreira Bulhões. **Educação e Direitos Humanos**. In: Cecília Pinto Pires. São Leopoldo: ADUNISINOS, 2000.

GENRO, Maria Elly Herz. **Universidade Instituinte: vozes no fortalecimento da democracia participativa - caso movimento estudantil no Chile.** Porto Alegre,(2013). Mimeo.

GOMES, R.; SOUZA, E.R.; MINAYO, M.C.S.; SILVA, C.F.R. **Organização, processamento, análise e interpretação de dados: o desafio da triangulação**. In: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (Org.). Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p.185-221.

HABERMAS, Jürgen. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HERMANN, Nádia**. Ética: aprendizagem da arte de viver.** In: Educação e Sociedade, Campinas (SP). Vol. 29, número 102. jan/abril 2008. Pag. 15-32.

ISAIA, Silvia Maria de Aguiar (Org.). **Qualidade da educação superior: a Universidade como lugar de formação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. 238p. (Série Qualidade da Educação Superior; 2).

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SANTOS, **Boaventura de S. Renovar a Teoria Crítica e Reinventar a Emancipação Social.** São Paulo: Boitempo, 2007.

_____**A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____**A Universidade no Século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____**O Intelectual de Retaguarda.** *In Análise Social*, *204*, Instituto de Ciências Sociais: Lisboa, 2012.

_____**Uma concepção multicultural dos direitos humanos**. In: Lua Nova. Revista de Cultura e Política, n. 39. São Paulo, CEDEC, 1997.

_____. (Org.) **Democratizar a Democracia: os caminhos da Democracia participativa.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.